

Crianças em Situação de Rua e a Sobrevivência nos Principais Mercados da cidade da Praia

Redy Wilson Lima¹

redywilson@hotmail.com

Resumo: Num país pobre e desigual como é o caso de Cabo Verde, onde os grupos dominantes apropriam-se e controlam os dispositivos produtores dos recursos, relegando os dominados para segundo plano, surge obviamente situações de exclusão e marginalidade. Sendo assim, uma parte significativa da população caboverdiana, como resposta, vê-se obrigada a buscar estratégias urgentes com vista à sua sobrevivência. A existência de uma forte economia informal, particularmente na cidade da Praia, faz com que algumas crianças e adolescentes em situação de rua vejam asseguradas a sua sobrevivência quotidiana, na medida em que esse sistema lhes possibilita a angariação de recursos que de outra forma dificilmente conseguiriam obter. Neste artigo pretende-se perceber as dinâmicas dessas crianças, sobretudo as chamados “crianças de rua” dentro e nas imediações dos principais mercados a cidade, assim como identificar as actividades económicas por elas desempenhadas e o seu papel no total funcionamento do sistema informal da Praia.

Palavras-chave: crianças em situação de rua, circulação de crianças, marginalidade, delinquência juvenil, cidade informal, Cabo Verde

Em 2006, quando nos propusemos a investigar a relação existente entre as “crianças de rua” e os comportamentos delinquentes juvenis na cidade da Praia, longe era a nossa percepção da função por elas desempenhadas nos principais mercados da cidade, nomeadamente, no mercado do Sucupira, no mercado do Plateau e no mercado de peixe no Porto da Praia.

¹ Formado em Sociologia (ULHT, Portugal e FCSH-UNL, Portugal), doutorando em Estudos Urbanos (FCSH-UNL/ISCTE-IUL, Portugal), investigador associado ao CEsA/ISEG-UTL (Portugal), membro do CODESRIA (Senegal) e professor assistente convidado no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (Cabo Verde). Tem realizado pesquisas na cidade da Praia, Cabo Verde, focando as questões juvenis, a criminalidade e a cultura urbana. Com publicações sobre gangues de rua, infância e música rap em Cabo Verde.

O presente artigo é fruto da investigação exploratória nos locais acima mencionados, cujo objectivo seria a construção de um projecto de dissertação de mestrado com o tema “modos de vida das crianças em situação de rua na cidade da Praia”, mais concretamente as chamadas “crianças de rua”. Ela é suportada por observações directas, conversas informais e entrevistas exploratórias com crianças que fazem das imediações desses locais os seus espaços de sobrevivência. Para ter-se uma visão mais completa do fenómeno, foram ouvidos técnicos do Instituto Caboverdiano de Crianças e Adolescentes (ICCA), agentes da polícia, “rabidantes”² e demais pessoas que quotidianamente frequentam esses espaços.

Partimos para a investigação com a pretensão de compreender de que forma essas crianças se reestruturam enquanto actores sociais activos, tendo em conta os seus *handicaps* e perceber o porquê da opção por um tipo de vida marginal ao invés de integrados na família de origem e/ou sob tutela das várias instituições existentes com a finalidade de os proteger da rua, partindo da hipótese de que o aparecimento de fenómenos desse tipo resulta da actuação de mecanismos estruturais de exclusão, que condiciona a forma como os grupos sociais em situação de pobreza estruturam as suas estratégias de sobrevivência.

O facto de haver à volta desses espaços (Sucupira, Plateau e Porto) uma intensa economia informal capaz de as permitir ter – as mais novas e as mais velhas – rendimentos individuais (usado, em parte, para saciar os vícios da droga, álcool ou jogo da batota) e familiares, faz com que a rua se torne num espaço de sedução onde o ganho material é ultrapassado facilmente pelos possíveis perigos que ali possam encontrar.

Contextualização sócio-económica

Cabo Verde, achado por navegadores portugueses e italianos ao serviço da coroa portuguesa no século 15 a cerca de 550 kms a Oeste da Costa do Senegal, na Costa Ocidental de África, possui uma superfície de 4033 km² e é constituído por 10 ilhas, das quais nove são habitadas.

Calcula-se que a população seja de 491.575 habitantes – 243.315 do sexo masculino contra 248.260 do sexo feminino – dos quais 61,8% residem no meio urbano. A ilha de Santiago, maior do arquipélago, comporta a maior fatia da população, 55,7%, e o

² É o termo utilizado em Cabo Verde para designar as pessoas, maioritariamente mulheres, que ganham a vida na “economia informal”.

Concelho da Praia é o mais povoado, albergando mais do que um quarto da população do país, 26,9% (INE, 2010a).

A cidade da Praia, capital do país, situa-se no sul da ilha maior e desde dos anos de 1990 que vem sendo invadida por migrantes nacionais e estrangeiros. A esmagadora maioria desses migrantes, sobretudo os migrantes internos, apropriam-se dos espaços nas encostas e vales da cidade, sem as mínimas condições de habitabilidade, o que tem contribuído sobremaneira para a desorganização urbana da cidade.

Não obstante o discurso político de crescimento económico, destacando a sua economia dos restantes países da África Subsariana, da sua estabilidade político-democrático e da notável prestação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que lhe valeu a passagem de “país menos avançado” para “país de rendimento médio” em 2007, Cabo Verde, continua a ser um país vulnerável, quer pelos ciclos inconstantes de pluviosidade, quer pela sua dependência da ajuda externa e das importações de combustíveis e géneros alimentícios. A sua insularidade, baseada na descontinuidade territorial e num serviço de transportes ineficaz, prejudica o desenvolvimento do mercado interno.

A economia informal tem um enorme peso na economia, uma vez que, segundo os dados relativos ao sector informal realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2009, existem no país cerca de 24.060 unidades de produção informais (UPI), sendo que 63% localiza-se no meio urbano. O referido estudo aponta que cerca de 64,6% das UPI situam-se na ilha de Santiago, dos quais 25,6% localizam-se na cidade da Praia. No entanto, é de salientar que não se contabilizou vendedeiras em trânsito pela cidade, quer a pé, quer em automóveis, quer nas portas das suas residências, muito menos as vendas informais no interior das empresas públicas e privadas consumadas pelos funcionários, como forma de complementar os parcos rendimentos auferidos. Portanto, o mercado informal ocupa um importante lugar no mercado de emprego e na economia.

A sociedade cabo-verdiana é hoje multifacetada e heterogénea, marcada profundamente pela desigualdade e pela exclusão social, intensificando uma polarização de classe, traindo assim a máxima de uma sociedade solidária e igual proferida nos primeiros anos pós-independência. O Índice de Gini³ aumentou de 0,43 em 1989 para 0.59 em 2002 (INE, 2002). O Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza

³ O Índice de Gini indica o grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos (ou do consumo) no seio duma população. Vai de 0 a 1 e tende para 1 quando as distribuições são muito desiguais e para 0 quando são menos.

(DECRP) de 2004 nos diz que, não obstante o elevado ritmo de crescimento económico, cerca de 8,4% de média anual, iniciado nos anos de 1990, 37% da população vive no limiar da pobreza e desses, 20% residem na cidade da Praia. Dos pobres, cerca de 54% são considerados muito pobres (INE, 2002). Considera-se pobre o indivíduo e/ou família cuja despesa anual de consumo seja igual ou inferior a 392 € e muito pobre quem tenha uma despesa anual de consumo igual ou inferior a 261,5 €.

Segundo um diagnóstico elaborado pelo Ministério da Qualificação e Emprego, em 2008, sobre o mercado do emprego em Cabo Verde, verificou-se que cerca de 64% do rendimento das famílias provêm do trabalho e, sendo assim, poder-se-á dizer que o emprego se constitui como determinante do rendimento das unidades domésticas cabo-verdianas e, por consequência, das condições de vida. O mesmo documento indica que cerca de 29% da população empregada é pobre e são, sobretudo, indivíduos que trabalham no sector primário, caracterizado pela precariedade dos empregos e por baixos salários. Conversas informais tidas com alguns empregadores, pessoas ligadas a sindicatos e académicos nos diz que a precariedade do emprego marcada por salários baixos atinge também o sector dos serviços – sobretudo no sector da restauração –, ocupados na sua maioria por jovens. O referido documento aponta que, em 2006, cerca de 70% dos empregados trabalhavam sem qualquer contrato, isto é, sem nenhum vínculo formal.

Quanto ao desemprego, ela atinge sobretudo a camada juvenil, uma vez que, segundo o DCRP II (2008), baseados nos números do INE (2005), afecta em 48% a faixa etária dos 15 a 24 anos, correspondendo a 38% da população economicamente activa. Isto poderá explicar porque é que a população pobre é muito jovem, tendo em conta que, cerca de 49% dos pobres têm menos de 15 anos e 30% dos agregados familiares chefiados por indivíduos na faixa etária entre os 15 a 24 anos são pobres (INE, 2002). A proporção dos jovens na população muito pobre é superior à dos jovens na população pobre e na população total.

Perante este cenário, uma parte significativa da população, como resposta, vê-se obrigada a viver constantemente em estado de alerta, buscando cada vez mais estratégias fundadas na urgência que a pressão por recursos materiais impõe e as crianças pobres interiorizam esta realidade desde a mais tenra idade e quando não são encaminhadas para a rua pelos familiares como forma de reforçar o rendimento da família, optam eles próprios para trabalharem nas imediações dos mercados, visto ser estes os espaços onde o dinheiro circula.

Muitas destas crianças são provenientes dos bairros ditos ilegais, que alastram nos terrenos menos rentáveis, fruto das migrações internas aceleradas a partir do ano de 1988 e consolidada no início dos anos de 1990, com a liberalização da economia após a abertura democrática. Essas crianças são identificadas ambigualmente como “crianças em risco” ou como “um risco para a sociedade” e “são cada vez mais o alvo das agências sociais do governo...” (Bordonaro, 2010a: 171) e das ONG’s.

Noção crianças em situação de rua

Vítimas de pobreza e de situações de violência extrema (precariedade habitacional e violência familiar), muitas crianças migram da casa para a rua (Bordonaro, 2010b) em busca de um estilo de vida autónomo e sustentável, instalando-se muitas vezes em prédios decadentes ou abandonados perto dos espaços de maior intensidade comercial.

A preocupação com este segmento da população ficou patente no programa do II Governo Constitucional da II República de 1996, no ponto alusivo a crianças e o compromisso com o futuro de Cabo Verde 1995/2000, onde se considera a mendicidade como um problema social e um dos principais problemas enfrentados pelas crianças cabo-verdianas⁴.

Apesar do fenómeno ter ganho visibilidade na cidade da Praia no início do ano de 1990, Anjos e Varela (2005) apontam o facto de que em décadas passadas, em Cabo Verde, a rua funcionava como um lugar típico de sociabilidade juvenil nos bairros periféricos e nos locais de trabalho dos pais, sem que ela constituísse um espaço de risco. Havia uma certa protecção e controlo por parte dos adultos.

Segundo Rizzini (2003), no Brasil, só a partir dos anos de 1980 o fenómeno ganhou visibilidade académica, levando a que estudiosos de várias áreas sociais começassem a estudar o fenómeno, isto porque, a presença de crianças nas ruas apesar de incomodar, era vista como uma ameaça à sociedade. Nos finais dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 o termo adoptado para designar essas crianças era “menor infractor” ou “menor abandonado”, na medida em que, eram vistos a partir da sua condição de desviante e marginal e o termo legitimava a actuação de instituições repressivas e filantrópicas. “Estava em jogo a busca de mecanismos de controlo por parte dos órgãos policiais e da

⁴ Os outros problemas apontados são: pré-delinquência, maus tratos, prostituição infantil e abuso sexual, consumo de drogas e de álcool, trabalho infantil, a sua utilização para práticas anti-sociais, orfandades, deficiência motora e entregues a terceiros para sua educação.

justiça e das acções institucionais de caridade e benevolência” (Anjos e Varela, 2005: 11).

Na segunda metade do ano de 1980, a literatura científica brasileira passou a retratá-las como a geração de rua, salientando o seu quotidiano nas ruas. No início dos anos de 1990, o estudo intitulado “Os deserdados da sociedade: os meninos de rua na América Latina”, realizado por Rizzini, veio contribuir para um melhor entendimento do fenómeno, uma vez que, elaborou-se um perfil das crianças que se encontravam nas ruas das principais cidades sul americanas, como também, a sistematização dos vários estudos e da bibliografia existente sobre o fenómeno nesse continente.

Borges (2007) aponta para o facto de alguns estudiosos brasileiros do fenómeno em 1991, terem reparado que muitas crianças pertencentes a famílias pobres utilizavam a rua apenas como um espaço de trabalho, retornando depois para casa e que a maioria delas pertencia a famílias chefiadas por mulheres. Outros estudiosos apontavam o facto de a rua ser percebida por elas como o “El Dorado”, isto porque, possibilitava-lhes liberdade e dinheiro com facilidade, numa sociedade onde o consumo é sobrevalorizado. Não podendo sustentar esta cultura devido às condições de pobreza em que estão inseridas no lar, a convivência na rua com outras crianças, jovens e adultos inseridas no mundo consumista, leva-as a adoptar este estilo de vida.

Pesquisas levadas a cabo por alguns antropólogos na compreensão do tema, traz à discussão aquilo a que se chamou “fenómeno da casa vazia”, caracterizado pela ausência de pessoas adultas na casa durante o dia e a falta de rituais familiares e o fascínio que a rua exercia sobre as crianças, na medida em que, proporciona momentos de aventura e curiosidade (Borges, 2007). Estas situações poderiam contribuir para o empobrecimento do lar por um lado, e fazer com que busquem espaços alternativos – a rua –, por outro.

Desta feita, foi nos anos de 1990, que se adoptou o termo “crianças em situação de rua”, que segundo Anjos e Varela (2005), expressa uma mudança no foco da culpabilização, passando a apontar as situações estruturais de exclusão sócio-económica sistemática de um segmento significativo da população, em vez de, de individualizar a culpa na criança que é tida como perigosa.

Poder-se-á dizer que os estudos produzidos nos anos de 1990 contribui para mudar o paradigma na discussão do problema, dado que, a família deixa de ser entendida e concebida apenas como a culpada pela situação na qual as crianças se encontravam, passando a ser vista como uma instituição no qual eram negadas as mínimas condições

que lhe permita satisfazer as suas necessidades e garantir a sobrevivência dos filhos. A rua, por seu turno, deixou de ser vista apenas como um local perigoso e inapropriado para as crianças, e passou a ser entendida, também, como um espaço no qual as crianças poderiam refugiar-se das violências várias que sofriam em casa, bem como num lugar no qual poderiam encontrar condições para a sua sobrevivência e, muitas vezes, para a sobrevivência das suas famílias.

Nos últimos anos do século passado, as abordagens críticas dos investigadores ingleses Allison James, Alan Prout e Chris Jenks (Rizzini, 2003), revitalizaram o debate sobre a infância de forma a alterar a maneira como a problemática era encarada, uma vez que, que influenciaram outros investigadores a deslocarem analiticamente o foco do problema da criança, preocupando-se na descoberta da verdadeira origem do enigma, isto é, os reais factores que contribuíram para a reprodução ou criação da categoria “crianças de rua”. Portanto, a questão primordial era perceber quais os interesses estariam por detrás das instituições ao considerarem crianças que se encontravam nas ruas como sendo o problema.

Para alguns autores, segundo Rizzini (2003), a conservação da premissa crianças em situação de rua é equivalente a problema social e serviam de interesses de sectores específicos da sociedade, como forma de manter os grupos marginalizados, nomeadamente pobres, em seu “devido lugar”. Convém salientarmos, igualmente, o facto de que muitas instituições públicas e privadas que tutelam essas crianças, sobretudo nos países subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento, sobrevivem por existir o problema crianças de rua.

Procurou-se com esta nova abordagem chamar a atenção para realidades existentes fora dos contextos ocidentais modernas e de classe média, em que se consideravam crianças fora de lugar, aqueles que eram visíveis nas ruas centrais das cidades sem qualquer supervisão de um adulto (crianças anormais), em comparação com as crianças dos lugares, inseridas num lar, frequentando a escola e clubes organizados por adultos (crianças normais).

A categoria crianças e adolescentes em situação de rua foi, logo, definida como um reflexo e uma visão específica da sociedade para com elas, problematizando a maneira discriminatória, excludente, preconceituosa e estigmatizadora que a sociedade tem de crianças que se encontravam nessas situações.

Segundo Anjos e Varela (2005), o estudo realizado pelo Centro Latino-americano de Estudos de Violência e Saúde, em 1992, veio demonstrar que a denominação “meninos

de rua” tal como “crianças desamparadas”, “infância desvalida”, “menores delinquentes” é igualmente inadequada para designar estas crianças, dado que, a rua não é o lugar originário dessas crianças. “São filhos de famílias trabalhadoras expropriadas, que a necessidade seja material, seja de afecto e protecção, impelem para a rua” (Anjos e Varela, 2005: 11).

Crianças em situação de rua no contexto cabo-verdiano

Partindo da realidade brasileira e buscando evitar situações estigmatizantes da categoria “de rua”, o estudo encomendado pelo Instituto Cabo-verdiano de Menores (ICM)⁵ em 2005, define a situação de rua “como o uso do espaço da rua ocupado por crianças e adolescentes como local privilegiado de vivência, seja através de actividades de subsistência, lazer e ou moradias, independentemente da existência de outros vínculos, sejam eles familiares ou escolares” (Anjos e Varela, 2005: 11) e consideram essas crianças como estando em trânsito pelas ruas, tomando a rua como um circuito de sociabilidade específico.

Desse estudo sai quatro categorias de situação de rua em que as crianças caboverdianas podem ser encontradas:

- Enquanto crianças inseridas em territórios protegidos em seus bairros de origem (não são crianças em situação de rua embora possam ser encontradas em grupos de convivência pelas ruas dos bairros periféricos);
- Crianças em situação de rua em seus bairros de origem (estão em situação de rua embora não se desloquem para muito longe de seus locais de moradia);
- Crianças em situação de rua constituindo territórios em espaços nobres ou de circulação de bens e pessoas de classes superiores (moram parcial ou permanentemente na rua);
- Crianças em situação de rua longe de seus locais de moradia exercendo actividades a mando dos familiares (são na maioria das vezes vendedores ambulantes e moram geralmente em casa de familiares).

Considera que 72% das crianças e adolescentes cabo-verdianas em situação de rua não chegam a romper os vínculos familiares e destes, 60% desenvolvem algum tipo de

⁵ Actualmente Instituto Caboverdiano da Criança e do Adolescente (ICCA).

actividade para angariar dinheiro e contribuir para o rendimento familiar. Chama a atenção para o facto de que uma boa parte das crianças visíveis nas ruas, não devem ser consideradas como “crianças de rua”, visto que, num total de 663 crianças inquiridas nos principais centros urbanos do país, apenas 5% delas se enquadrariam adequadamente na categoria denominada “crianças de rua”.

No presente artigo, tomamos como objecto empírico a penúltima sub-categorias considerados por Anjos e Varela (2005) como sendo crianças em situação de rua: as crianças em situação de rua constituindo territórios em espaços nobres ou de intenção circulação de bens e pessoas de classes superiores.

Para uma melhor leitura analítica, a partir de um trabalho etnográfico nos espaços de maior concentração dessas crianças – no mercado de Sucupira, no Plateau, no mercado de peixe do Porto da Praia e nas imediações dos estabelecimentos comerciais espalhados pelos bairros emergentes da cidade – conseguimos identificar cinco tipos de situações de rua em que as crianças se encontram na cidade da Praia, tomando como eixo explicativo a distância em que esta população se encontra em relação à família, ao controlo dos adultos e a forma como se apropriam da rua.

Numa sociedade onde a economia informal tem um peso significativo na sobrevivência das famílias, maioria delas do tipo monoparental chefiadas por mulheres, onde segundo o INE (2010b), a nível nacional, 52,5% activos do informal são mulheres, dos quais 62,5% trabalham por conta própria, não é de estranhar encontrarmos nos mercados crianças a acompanhar a mãe na venda dos produtos. São os conhecidos como filhos de rabidantes, crianças em situação de rua longe de seus locais de moradia exercendo actividades juntamente com os familiares. Normalmente frequentam a escola e no período que não estão na sala de aula ajudam a mãe a vender nos mercados ou na rua. Alguns passam o tempo nas imediações do local de venda e no final do dia ajudam na arrumação (também ajudam no início do dia). A vigilância familiar nem sempre é forte apesar da proximidade e existem casos em que vendem separados da mãe com a finalidade de maximizar o lucro para a unidade familiar. A rua para essas crianças funciona como o local principal de socialização, uma vez que, passam mais tempo ali do que em casa.

Nas imediações dos mercados encontramos também dois grupos tipológicos de crianças que ali circulam autonomamente, apropriando-se desses espaços comerciais em busca de rendimentos para eles e/ou para os familiares. Cruzam-se diariamente com os filhos de rabidantes, muitas vezes socializam com eles, mas apresentam características

diferentes e são os casos considerados mais problemáticos pelos agentes de intervenção social. Por um lado, constatamos que um grupo significativo destas crianças desempenha as suas actividades nas imediações dos mercados, na maioria das vezes a mando dos familiares, vendendo produtos diversos (doces, refrescos, água, salgados, etc.). São crianças que se encontram fora do sistema escolar e que vêm na rua um espaço de trabalho. Passam a maior parte do seu tempo na rua e voltam à noite para casa. Neste grupo incluímos as crianças angariadoras nos *hiaces*⁶ e os “cabeças”⁷, assim como os lavadores de viaturas, barcos de pesca e peixe no Porto da Praia, os carregadores de sacos no mercado do Plateau e super-mercados com maior número de clientes espalhados pela cidade.

Por outro lado, existem aqueles que nos finais dos anos de 1990 e início do ano de 2000, apropriaram-se das imediações dos principais mercados e lojas comerciais da cidade, bem como as imediações do Aeroporto e do Porto da Praia. São os que se aproximam daquilo que se define institucionalmente de “crianças de rua”: a que vive e trabalha na rua, sem manter nenhum tipo de relação com o grupo doméstico.

Os mercados da Praia e a noção da cidade informal

Tendenciosamente, as actividades comerciais concentram-se em áreas centrais da cidade, devido à sua fácil acessibilidade, privilegiando determinados espaços de maior ou menor dimensão, ligados entre si por “tentáculos” que se estabelecem ao longo das principais vias de circulação (Cachinho, 1994). Na cidade da Praia, o Mercado do Sucupira, o mercado do Plateau e o mercado de peixe no Porto da Praia constituem-se como espaços comerciais centrais⁸, desempenhando funções indiferenciadas e complementares entre si.

Nos anos de 1980, como forma de libertar o centro da cidade – Plateau – dos vários vendedores ambulantes que pululavam por esse espaço, construiu-se o mercado de Sucupira⁹ com vista a equipar a cidade de um mercado capaz de absorver o comércio de retalho. Juntamente com o mercado do Plateau, este novo espaço comercial viria

⁶ Nome como é conhecido os transportes públicos inter-urbanos em Santiago.

⁷ Nome que se dá aos indivíduos contratados como figurantes nos *hiaces*, enquanto vazios.

⁸ Exclui-se nesta análise as médias/grandes superfícies como é o caso do estabelecimento Calú & Ângela existente em vários bairros e local de concentração de crianças em situação de rua. Privilegia-se os mercados e a zona do Plateau, local onde se situa o mercado mais antigo da capital – o mercado do Plateau – e uma boa parte de estabelecimentos comerciais da cidade.

⁹ O nome Sucupira deve-se à cidade fictícia da telenovela brasileira “O Bem-Amado” que na altura deleitava as noites dos cabo-verdianos.

reforçar o tecido comercial praiense e oferecer oportunidades de venda a um grupo de vendedores que de outra forma não conseguiriam fazer escoar os seus produtos – na sua maioria, vestuários e calçados. Mais tarde, nos anos de 1990, o mercado de peixe no Porto da Praia, pensada inicialmente como um mercado fornecedor, transformou-se num mercado de retalho devido, por um lado, aos vários problemas registados na confecção do gelo para a conservação dos peixes acabados de chegar que obrigava as vendedeiras a vender o peixe para não perder o dinheiro investido e, por outro, ao baixo preço do peixe ali comercializado em comparação com o preço nos outros mercados da cidade.

O surgimento desses espaços – mercado do Sucupira e do peixe no Porto da Praia – veio oferecer possibilidades de sobrevivência não só para vendedores, mas, sobretudo, para algumas crianças em situação de rua que viam o espaço da rua como um lugar de libertação e de apropriação de bens. Reconfigura a cidade e descentraliza as práticas da economia urbana até ali desenvolvidas.

Olhando para a cidade da Praia, a sua dinâmica social e urbana, verificamos que estamos perante uma cidade informal. Evidentemente, a noção de cidade informal aparece em contraposição da noção de cidade formal, uma cidade à partida organizada – enquanto forma arquitectónica e urbana, no que toca aos aspectos culturais, económicos, políticos e de organização social (Menezes, 2011). Desta feita, o termo informal, configuraria uma cidade sem forma, económica e sociopoliticamente instável, onde a cultura se revelaria através de uma simulada incoerência (Hernández e Kellett, 2010). Claramente, o sentido dual desses dois termos traz problemas no que toca à capacidade de incorporar as complexas condições que pretendem representar. Segundo Hernández e Kellett (2010), por um lado, estes termos não têm a especificidade política tendo em conta as vastas escalas para que foram feitos para operar e, por outro, “no discurso da arquitectura, o que se revela como formal são os edifícios desenhados pelos arquitectos ou as partes planeadas da cidade” (Menezes, 2011: 9). O informal é, portanto, tudo o que foge ao domínio do arquitecto, neste caso específico, as partes da cidade que tenham sido desenvolvidos sem a participação dos arquitectos e urbanistas. Contudo, fora estes problemas teóricos, Hernández e Kellett (2010) salientam a eficácia do termo formal na tentativa da eliminação das diferenças e das condições históricas que fundamentam o desenvolvimento das cidades.

Menezes (2011) chama a atenção para o entrincheiramento da complexidade urbana em categorias redutoras e bipolarizadas – formal e informal –, visto que, o importante na

análise desses fenómenos é captar a multiplicidade dos factores que constituem a cidade.

Longe das discussões teóricas entre o formal e informal, decidimos neste artigo, adoptar o termo informal, por nos parecer útil e eficaz na explicação das dinâmicas sociais na cidade e nos mercados onde as crianças foram observadas.

Rahul Mehrotra (2010), parafraseado Saskia Sassen, chama a atenção para o facto da cidade informal ser, muitas vezes, uma componente estratégica das avançadas economias urbanas. Se é verdade que a contemporaneidade nos trouxe a ideia da esteticização como um dos conceitos fundamentais da transição e reestruturação urbana, o conceito de esteticização utilizada pela socióloga norte-americana Sharon Zukin, segundo Rodrigues (2010), permite dar conta da duplicidade contrastante e bipolarizada que caracteriza as novas economias urbanas. Isto é, actualmente, as actividades económicas exigem crescentes preocupações de natureza estética, ao nível da arquitectura dos edifícios, do mobiliário e decoração, da imagem, como estratégias de competitividade económica, todavia, os espaços marginais que compõem as novas economias urbanas apresentam uma paisagem vernácula, onde a preocupação com a estética, pelo menos de ponto de vista formal, está ausente.

Para Mehrotra (2010), nos contextos urbanos sul-americanos, asiáticos e africanos, a noção de cidade informal ou cinética, podem ser visto como uma metáfora para dar conta do estado físico das cidades contemporâneas. Desta feita, nestes contextos, os mercados, os vendedores ambulantes e, neste caso específico, as crianças em situação de rua, expressões sociais desta cidade cinética, podem ser interpretados como “resultado de uma paisagem urbana em constante transformação – uma cidade em contínuo movimento, em que muito da sua fábrica física caracteriza-se por uma qualidade cinética” (Mehrotra, 2010: xi).

As intersecções entre os mercados formais e os mercados informais, ilegais ou ilícitos, fazem da cidade da Praia “uma cidade bazar” (Ruggiero e South citados por Telles e Hirata, 2007), uma cidade com novas características onde se torna incerto e indeterminado as diferenças entre trabalho precário, o emprego temporário, expedientes de sobrevivência e as actividades ilegais, clandestinas ou delituosas, criando assim “não lugares” (Augé, 2005), espaços de trânsito, que possibilita às crianças condições de sobrevivência.

É neste contexto, entre o formal e o informal, o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito, que elas transitam de forma descontínua, aproveitando as oportunidades legais ou ilegais

que vão surgindo, utilizando as possibilidades que o mercado informal cria para construir redes de sobrevivência, acabando muitas vezes por cair em situações de ilegalidade e criminalidade.

Circulação das crianças em situação de rua nos mercados da Praia

O padrão de circulação das crianças em situação de rua na cidade da Praia contém uma certa demarcação de territorialidade. Se é no território dos bairros periféricos que se desenvolve o *ethos* da virilidade que associa a noção da liberdade e autonomia de rua à agressividade nas relações inter-pares (Anjos e Varela, 2005: 30-31), é no território da rua, longe do bairro familiar, que essa aprendizagem é posta em prática. A agressividade é a condição *sine qua non* para a sobrevivência na rua e demarcação de território.

Na busca de sobrevivência pelas ruas, vão-se formando circuitos composto por pontos de interação em espaços de forte movimento de bens e de pessoas (normalmente mercados centrais da cidade – Sucupira, Plateau e Porto), no qual se desenrola o seu quotidiano.

A circulação entre estes três mercados depende sempre das possibilidades de lucro e a intensidade dessa circulação depende de uma análise detalhada dos casos considerados. Ao fixarem bases locais, constituem agrupamentos que são, normalmente, estáveis. Outras, que privilegiam uma atitude mais nómada, poderão sentir dificuldades em determinados espaços, dominados pelas crianças residentes, quase sempre sob protecção de gangues ou delinquentes autónomos que controlam o comércio subterrâneo no local. Algumas vezes a violência surge como um método de se afirmar perante os grupos.

As crianças que passam maior parte do tempo no Plateau são mais nómadas, podendo pernoitar, trabalhar, mendigar e roubar nas imediações dos outros dois espaços. A circulação entre os mercados não possui um padrão estanque. Há claramente uma rotina, mas temporária conforme a época do ano. Por exemplo, em épocas festivas, a circulação é intensificada entre o mercado de Sucupira e o Plateau, havendo crianças que se instalam momentaneamente nas imediações do mercado de Sucupira, um dos lugares mais movimentados nessas épocas.

Na cidade da Praia, a maioria das crianças em situação de rua, concentram-se, portanto, no Sucupira (zona de intensa circulação de bens e pessoas – o maior mercado formal/informal do país onde pode-se encontrar de tudo, desde vestuários e alimentos a armas e drogas); no Plateau (que constitui um espaço de trânsito devido à sua

centralidade e o seu grau estatutário) e no Porto da Praia (zona de entrada de uma boa parte dos produtos, legais e ilegais, no país);

- **Crianças em situação de rua e sobrevivência no mercado de Sucupira**

T é uma “criança de rua” nascido no Tarrafal, norte da ilha de Santiago, que com cerca de 12 anos migrou para as ruas da cidade da Praia, vindo de Pedra Badejo.

Viveu até aos 10 anos de idade no Tarrafal com a avó, pai, tio e irmãos, depois da mãe ter abandonado o pai e ir viver para outra cidade. O pai é pescador. Depois da partida da mãe começou a fazer trabalhos para casa, como por exemplo, apanhar água, a mando da mulher que vive com o tio. Conta-nos que era maltratado fisicamente por essa senhora e que quando a mãe soube dos maus-tratos veio buscá-lo e levou-o para Pedra Badejo.

Nessa cidade, faz amizade com um adolescente que trabalhava como ajudante num *hiace* que fazia o percurso Pedra Badejo/Praia/Pedra Badejo e, de vez em quando, vinha para Praia no *hiace*. Nestas idas e vindas, conhece no Sucupira outras crianças que lá passavam o e certo dia resolve não mais voltar para junto da mãe.

Passa a pernoitar num prédio abandonado nas imediações do mercado de Sucupira no seio do grupo de crianças conhecidos como os “mininus di prediu”¹⁰. Estas crianças ganham a vida a mendigar, transportar bidões, ajudar as rabidantes na arrumação das barracas e prestação de serviços ao submundo do narcotráfico, sob ordem de alguns *dealers* pertencentes ao grupo *thug*¹¹ “Spadja Pé”¹², grupo esse que controlava as imediações do mercado. Alguns elementos desse grupo usavam o negócio da lavagem de automóveis como fachada e em algumas situações esse tipo de trabalho era relegado às crianças, que conseguiam assim amealhar mais dinheiro, gasto em drogas, bebidas alcoólicas, jogos de batota e *playstation*.

T começa a usar droga¹³ e a roubar, visto que, uma das condições para dormir no Prédio e ter protecção é o pagamento de uma pequena multa (em dinheiro ou em espécies) ao líder do grupo dos sem-abrigo que também lá pernoita. Se no período diurno são os *thugs* quem ditavam as regras à volta de Sucupira, à noite, no edifício de dois andares semi-construído, quem mandava é um toxicodependente e *dealer* sem-abrigo cadastrado, que de dia geria uma boca de fumo situado numa das antigas bilheteiras do

¹⁰ Meninos do Prédio

¹¹ Nomes como os grupos de jovens delinquentes da cidade da Praia se auto-designam, a partir de importações de estilos de vida dos jovens negros residentes nos guetos norte-americanos.

¹² Actualmente este grupo encontra-se desactivado.

¹³ *Cocktail* (mistura de erva com *crack*).

Parque 5 de Julho, antes da intervenção da Câmara Municipal da Praia nesse espaço. A convivência do negócio desse indivíduo com o dos *thugs* é pacífico e convém salientar que alguns elementos *thugs* por vezes dormiam no prédio.

T e as outras crianças são usadas como correios de droga entre os traficantes e os *dealers*, mas são também ordenados pelos delinquentes adultos para roubarem residências e estabelecimentos comerciais situados perto desse local, nomeadamente no Plateau, cuja parte do produto roubado é depois vendido aos vendedores do mercado.

T passa a vida nas imediações do mercado e entra no interior do mesmo para se alimentar nas tascas ali estabelecidas, mendigar ou roubar. No início não percebíamos muito bem o porquê de T e outras crianças não pagavam as três refeições diárias a algumas vendedeiras, mas conforme fomos ganhando confiança das crianças e dos *thugs*, bem como algumas observações no mercado do Plateau e do Sucupira de manhã, constatamos que uma das táticas das crianças para não terem problemas com a alimentação, era entregarem os produtos alimentícios roubados no Plateau, durante o serviço prestado na arrumação dos produtos no mercado do Plateau na abertura desse mercado, a estas vendedeiras. Em troca, ganhavam refeições grátis e as vendedeiras poupavam na compra dos alimentos.

Um outro tipo de serviço prestado às vendedeiras do Sucupira é a arrumação dos produtos na abertura e no fecho do mercado a troco de 20\$00 (cerca de 20 cêntimos) cada bidão, se bem que nesse tipo de trabalho sofrem forte concorrência das chamadas “crianças na rua”, que passam o dia nas imediações no mercado fazendo biscates aos vendedores e à noite voltam para casa. É forçoso dizer que a maioria das “crianças de rua”, incluindo T, não faz esse tipo de trabalho devido à sua debilitação física fruto do uso de drogas e bebidas alcoólicas.

- **Crianças em situação de rua e sobrevivência no Plateau**

N é uma outra “criança de rua” natural da Guiné-Bissau que se refugiou com a mãe em Cabo Verde devido à guerra civil que assolou aquele país africano no ano de 1998. Tinha 8 anos de idade. Depois de estar algum tempo em Cabo Verde, a mãe viaja e deixa o filho a cuidado da pessoa com quem vivia no bairro do Paiol. A pessoa com quem foi deixada criava animais, matava e depois vendia num açougue clandestino e, portanto, N foi obrigado a trabalhar nesse ramo. Começa a sair de casa e a se deslocar ao Plateau mendigando nos cafés e na bilheteira do cinema. Conhece as outras “crianças de rua” do Sucupira nas suas deambulações pelo Plateau e alguns outros que

pernoitavam nas varandas das casas e das instituições públicas e privadas ali situadas. Com o tempo passa a usar droga e dormir na rua. A circulação passa a ser entre os estabelecimentos comerciais do Plateau e as imediações do mercado de Sucupira. As crianças que pernoitam no Plateau, ao contrário dos “mininus di prediu”, não formam agrupamentos e tem maior liberdade de movimento entre os três espaços observados, se bem que a circulação para o mercado de peixe no Porto da Praia seja mais raro.

O quotidiano dessas crianças passa pela prestação de serviços de arrumação no mercado do Plateau na abertura e no fecho desse mercado; ajudar senhoras donas de casa com compras nos super-mercados; mendicância na porta dos bares, restaurantes, cafés e outros estabelecimentos comerciais; roubos conforme as oportunidades; e no caso de N, servir pontualmente como correio de droga entre traficantes e *dealers* no Sucupira.

Todo o produto em espécie roubado é vendido posteriormente às vendedeiras do mercado de Sucupira ou a alguns clientes dos *hiaces* no parque deste meio de transporte situado no Sucupira.

São frequentemente espancados pelos grupos *thugs* quando aventuram fora do Plateau ou Sucupira e, sempre que existe eventos populares de rua, como por exemplo o festival da música da Gamboa, a polícia, acreditando estar a proteger os frequentadores desse espaço e suas residências, recolhe-as¹⁴ e enclausura-as nas esquadras da cidade juntamente com alguns *thugs*. N costuma andar armado à noite com uma faca de 50 centímetros, diz ele, para se proteger dos inimigos.

O Roteiro de N varia conforme épocas. Dorme sempre no Plateau, embora já tenha experimentado dormir do Prédio, mas não se adoptou e por ser fisicamente mais frágil que os outros. Conta que era sempre alvo da ira das outras crianças, razão pela qual teve de arranjar uma arma para se defender. Quando em vez presta serviço aos vendedores do mercado do Plateau na arrumação e ajuda senhoras idosas conhecidas a transportar compras do mercado para suas casas em troca de alimentos e, nalguns casos, banho. O dinheiro ganha roubando ou mendigando no Café Sofia, onde passa a maior parte do tempo, ou nas imediações de outros restaurantes e cafés.

Sempre que ganha dinheiro suficiente para uma dose de droga, desloca-se aos *dealers* no Sucupira. Confessa-nos que a droga vendida no Sucupira já não tem muita qualidade e, por isso, desloca-se actualmente para as bocas de fumo no bairro da Várzea ou no bairro da Achadinha.

¹⁴ O mesmo acontece com os “mininus di prediu”.

De vez em quando associa-se a alguns “mininus de prediu”, quase sempre por influência de T, para assaltar residências ou estabelecimentos comerciais no Plateau. Quando isso acontece, refugia-se durante algum tempo, às vezes semanas, nos arredores de Sucupira. É também nos arredores do Sucupira que pernoitam em épocas festivas natalícia devido à enorme quantidade de dinheiro que circula nesse espaço durante essa época festiva.

- **Crianças em situação de rua e sobrevivência no Porto da Praia**

P residia com a família no bairro de Achada Grande Trás e cedo migra para a rua devido à condição socialmente dramática com que se depara em casa. Passa a frequentar as imediações do Porto da Praia com as outras crianças do seu bairro na mesma condição social e juntamente com crianças do bairro Achada Grande Frente, formam um grupo de “crianças de rua” conhecidos como “mininus di pé di rotxa”¹⁵. Eram tidos como as “crianças de rua” mais perigosas na cidade da Praia e usavam armas de fogo nos assaltos à noite nas imediações do Porto.

Enquanto algumas dessas crianças ganhavam a vida na lavagem do peixe no mercado e ajuda na lavagem dos barcos pesqueiros; carregamento de motores e sacos de compra, outras crianças, onde se destacava P, roubavam a mando de alguns elementos do grupo *thug*, da zona Ponta de Achada Grande Frente, que controlava a venda de droga nesse local. Na verdade, funcionavam como soldados mirins controlados pelos delinquentes com cadastro que operavam na zona. Nalguns casos, eram utilizados no contrabando de todo o tipo de produto ilegal que saía do Porto.

Muito dos produtos roubados eram também vendidos para os rabidantes que por lá ganham a vida. Normalmente utilizava-se o itinerário dessas crianças para fazer escoar os produtos roubados, ou seja, eram por eles vendidos no bairro da Achada Grande Frente e Trás, bem como as localidades rurais do concelho da Praia como São Tomé e São Francisco.

Ao contrário da mobilidade das crianças que passam a maior parte do tempo no Plateau ou da alguma mobilidade observados nos “mininus di prediu”, os “mininus di pé di rotxa” encontram-se enclausurados no Porto da Praia, podendo circular temporalmente para os bairros de residência para vender os produtos roubados ou roubar. Não frequentam os outros mercados e possuem as mesmas dinâmicas dos grupos *thugs* dos bairros. Talvez isso explica a fácil integração dessas crianças nos grupos *thugs* da

¹⁵ Eram conhecidos por este nome por terem uma área de acção no sopé da rocha existente na entrada do Porto da Praia, rocha essa onde pernoitavam e preparavam as refeições.

Achada Grande Frente – Boston e Real Boston – e da Achada Grande Trás – Wolf Gang e agora Bagdah-Lost, actual grupo a que P pertence.

Comentários finais

Parto da ideia de que na impossibilidade do sistema conseguir garantir o bem-estar de todos os indivíduos, deixa margem de manobra para aqueles que não tendo os recursos satisfatórios para a manutenção de um nível de vida tido como desejável, consigam sobreviver. Espaços como o mercado de Sucupira, imediações dos espaços comerciais do Plateau e do Porto da Praia são na verdade espaços úteis para a manutenção sistémica. As actividades desviantes e/ou delinquentes desenvolvidas à volta desses mercados são toleradas pelas entidades reguladoras, sem que no entanto, de vez em quando, agentes judiciais digam presentes através de rusgas com alguma cosmética à mistura, como forma de os fazer lembrar que existe uma hierarquia jurídica e uma ordem a preservar.

Constituem espaços que pela sua dinâmica comercial, legal e ilegal, constituem para os agentes desprovidos dos capitais – crianças neste caso – campos alternativos de sobrevivência, onde a socialização dos comportamentos anti-éticos tornam-se uma obrigação, caso queiram sobreviver num sistema social constrangedor e violento em que falar de oportunidades para todos é pura ilusão.

Perante a decisão da actual Câmara Municipal da Praia em edificar um novo mercado, moderno e fechado, a cerca de 400 metros do actual mercado de Sucupira, deslocalizando-o, questionamos até que ponto alguns jovens, antigas crianças em situação de rua, que diariamente ganham a vida ali entranhados no mercado informal legal e ilegal à volta desse espaço, não regressem à actividade anterior (muitos dos jovens lavadores de automóveis pertenciam a grupos *thugs* e, alguns indivíduos mais velhos, a um grupo delincente denominado “netinhos de vovó” activo na cidade da Praia nos finais dos anos de 1980, início dos anos de 1990 e, actualmente, alguns, complementam o rendimento da lavagem dos carros com a venda de pequena quantidade de droga) e até que ponto a reorganização urbana em nome do desenvolvimento e do bem-estar do praiense não trará maior exclusão, desigualdade social e pobreza, sobretudo a urbana, uma vez que se fecha um dos meios de rendimento para um número indeterminado de famílias.

Evidentemente, a nosso ver, o caminho passa pela formação e aproveitar esses jovens no novo espaço comercial a edificar, evitando com que se aventuram no negócio da droga num outro espaço, dominado por outros actores. No caso de crianças, trabalhar junto das instituições públicas e privadas que as tutela, via Gabinete de Acção Social e/ou Direcção da Juventude da Câmara Municipal da Praia, a melhor forma de os integrar socialmente e os manter nos bairros de residência, através de projectos participativos, localizados e adequadas à sua realidade. Não fazendo isso, para além de excluirmos uma parte significativa dessas crianças e jovens, podemos estar inconscientemente a fomentar uma maior violência e delinquência urbana numa cidade já por si violenta.

A nossa aventura nesses mercados levou-me a concluir que uma parte da sua funcionalidade, bem ou mal, deve-se sobretudo, às crianças que por lá transitam diariamente, na medida em que, sem o trabalho precário protagonizado por estes indivíduos, o sistema formal acaba por entrar em colapso por não ter capacidade logística que sustente o funcionamento do mesmo.

Bibliografia

Anjos, José Carlos Gomes dos e José Carlos Moniz Varela (2005), *Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua face às IST/VIH/SIDA*, Praia, Ministério do Trabalho e Solidariedade/ICM

Augé, Marc (2005), *Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Lisboa, 90º Editora

Bordonaro, Lorenzo I. (2010a), “Semântica da violência juvenil e repressão policial em Cabo Verde”, *Revista Direito e Cidadania (Edição Especial – Política Social e Cidadania)*, nº 30, pp. 169-190

Bordonaro, Lorenzo I. (2010b), *From home to the street: Children’s street-ward migration in Cape Verde*, Lisboa, Working Paper CRIA 2

Borges, Margarida Lopes (2007), *Crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Porto Novo – Cabo Verde – e as suas estratégias de sobrevivência*, dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, PUC

Cachinho, Herculano (1994), “O comércio a retalho na cidade de Lisboa: reestruturação económica e dinâmicas territoriais”, *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XXIX, nº 57, pp. 119-144

Chefia do Governo (1996), *Programa do II Governo Constitucional da II República*, Praia, Assembleia Nacional de Cabo Verde

Direcção Geral do Planeamento (2004), *Objectivos do milénio para o desenvolvimento em Cabo Verde: uma avaliação dos esforços realizados*, Praia, Ministério das Finanças e do Planeamento

Direcção Geral de planeamento (2004), *Documento de estratégia de crescimento e de redução da pobreza*, Praia, Ministério das Finanças e do Planeamento

Direcção Geral de planeamento (2008), *Documento de estratégia de crescimento e de redução da pobreza II*, Praia, Ministério das Finanças e do Planeamento

Hernández, Felipe e Peter Kellett (2010), “Introduction: reimagining the informal in Latin America”, em Felipe Hernández, Peter Kellett and Lea K. Allen (Edits.), *Rethinking the informal city: critical perspectives from Latin America*, New York, Berghahn Books, pp. 1-22

Instituto Nacional de Estatística (2002), *Perfil de pobreza em Cabo Verde: inquérito às despesas e receitas familiares – 2001/2002*, Praia, INE

Instituto Nacional de Estatística (2010a), *Apresentação de dados preliminares do IVº Recenseamento Geral da População e Habitação 2010*, Praia, INE

Instituto Nacional de Estatística (2010b), *Inquérito ao sector informal – 2009*, Praia, INE

Lima, Redy Wilson (2008), “Histórias de crianças de rua na Cidade da Praia.”, Comunicação apresentada no *Seminário Na rua ninguém manda! Histórias de crianças de rua em Cabo Verde*, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 29 de Janeiro

Mehrotra, Rahul (2010), “Foreword”, em Felipe Hernández, Peter Kellett and Lea K. Allen (Edits.), *Rethinking the informal city: critical perspectives from Latin America*, New York, Berghahn Books, pp. xi-xiv

Menezes, Marluci (2011), “Entre inovação e norma na informalidade da periferia: repensando a intervenção sócio-urbanística”, Comunicação apresentada no *GT13 – Antropologia de las periferias urbanas: transformaciones sócio-territoriales, desigualdades en la ciudad y nuevos conflictos en el espacio público* da IX Reunião de Antropologia do Mercosul, Curitiba, 10-13 de Julho

Ministério da Qualificação e Emprego (2008), *Estudo-diagnóstico sobre o mercado de emprego em Cabo Verde*, Praia, MQE

Rizzini, Irene e Udi Mandel Butler (2003), “Crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas”, em Irene Rizzini (coord.), *Vida nas ruas – crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?*, São Paulo, PUC-Rio, pp. 17-44

Rodrigues, Walter (2010), *Cidade em transição: nobilitação urbana. Estilos de vida e reurbanização em Lisboa*, Oeiras, Celta Editora

Telles, Vera da Silva e Daniel Veloso Hirata (2007), “Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito”, *Estudos Avançados*, nº 21, pp. 173-191